

Contributos para a discussão em torno da problemática da reorganização da rede de estabelecimentos e cursos de ensino superior.

Luciano de Almeida

lucianoalmeida@ipm.edu.mo

Os Estados têm a obrigação de assegurar a todos os cidadãos o direito de acesso à educação, como direito constitucional, desenvolvendo políticas ativas que possam assegurar o acesso universal dos cidadãos a todos os níveis de educação.

A questão é particularmente sensível em países onde, independentemente das causas que o motivaram, o atraso no acesso universal à educação é elevado e se deparam com a necessidade de encontrar respostas urgentes e eficazes que se mostrem capazes e dar de criar as condições indispensáveis à democratização da educação, em todos os níveis de ensino. Este atraso, frequentemente transversal a todos os níveis de ensino, tem, em regra, particular acuidade no ensino superior, reservado a um ensino de minorias e de elites.

Neste artigo situar-nos-emos apenas no ensino superior e em particular no ensino superior em Portugal. As respostas a esta problemática passa frequentemente pela implementação de políticas públicas de expansão das redes de ensino superior que permitam no curto prazo satisfazer a demanda. Políticas públicas conjunturalmente indispensáveis, mas potenciadoras da criação de uma rede de ensino superior sobredimensionada a médio prazo e de difícil redimensionamento quando a procura estabiliza.

Em Portugal no último quartil do século passado e nos primeiros anos deste século a expansão do ensino superior registou um importante crescimento passando de pouco mais de cinquenta mil estudantes para cerca de quatrocentos mil, tendo levado à diversificação de instituições, ao alargamento da rede existente e à abertura a novos públicos. Esta transformação foi impulsionada por um novo quadro constitucional empenhado em garantir a democratização do acesso à educação superior, como forma de garantia da

igualdade de oportunidades dos cidadãos, superação das desigualdades económicas e sociais, desenvolvimento da personalidade, espírito de tolerância, responsabilidade e participação democrática na vida coletiva. É, sem dúvida, um dos maiores sucessos da democracia portuguesa nascida com o 25 de Abril.

A procura, porém, no início deste século estabilizou e o número de candidatos ao ensino superior diminuiu fortemente, porém a rede de estabelecimentos e de cursos do ensino superior, no essencial mantem-se, havendo estabelecimentos com graves dificuldades de captação de alunos e cursos que ano após ano não têm procura mas as instituições persistem em manter pelos impactos ao nível dos corpos docentes e do financiamento das instituições.

A persistência desta situação, porém, para além de ser suscetível de pôr em causa a qualidade das instituições, por ausência de “massa crítica”, em período de dificuldades orçamentais pode comprometer também as outras instituições que perdem parcelas do seu financiamento para suportar a incapacidade de redimensionamento das redes.

Com o presente artigo pretende-se contribuir para a discussão desta problemática, através da reflexão sobre a realidade portuguesa e levantar possíveis caminhos que possam potenciar o redimensionamento das redes com vantagens para o serviço público de educação superior.

Pretendemos também partilhar a experiência portuguesa na medida em que esta possa contribuir para a formulação das políticas públicas de educação em países que se confrontam com o mesmo desafio com que Portugal se confrontou após a ditadura.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; Políticas Públicas; Expansão e redimensionamento da rede de ensino superior.